

Deputado critica reforma agrária de Severo

O deputado e ex-ministro da Agricultura Alys-son Paulinelli (PFL-MG), afirmou ontem que o relatório do senador Severo Gomes (PMDB-SP), da Comissão da Ordem Econômica deixa os proprietários rurais em situação instável e de intranquilidade, devido às suas propostas sobre a reforma agrária. Paulinelli, de direita, segundo o levantamento da Folha publicado no caderno "Os Eleitos", se reuniu com seus assessores, na sede da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), em Brasília, para analisar o texto. Segundo ele, o parecer do relator "mantém o arbítrio do governo na questão da desapropriação".



Paulinelli disse que houve omissão em vários pontos referentes à reforma agrária. As principais, em sua opinião, são: previsão de uma legislação para caracterizar a propriedade produtiva; definição dos órgãos e dos períodos para se aprovar os parâmetros que definem a propriedade produtiva; e a garantia de que a desapropriação só ocorrerá com a vitória das duas partes envolvidas (governo e proprietário), e não só do governo, como ocorre atualmente. A ausência destes três pontos, no parecer, traz intranquilidade aos proprietários, disse Paulinelli.

Ele considera que a solução é incluir mais parágrafos nos artigos do relatório. Paulinelli ainda não definiu as emendas que apresentará ao parecer. Hoje, ele pretende mobilizar os constituintes "que têm as

mesmas preocupações". Da reunião de ontem, participou apenas o deputado Gilson Machado (PFL-PE).

O parecer da comissão, segundo Paulinelli, tem outro erro grave: não especifica quem emitirá a posse. "A desapropriação é de competência exclusiva da União que poderá delegá-lo por ato do presidente da República", diz o texto. "Se não houver uma especificação clara, poderemos ter até funcionários de prefeituras fazendo desapropriações", disse.

Segundo o deputado, faltou também a definição dos meios para viabilizar a reforma agrária no texto do relator. Para ele, o substitutivo deveria ter especificado os instrumentos para realização da reforma agrária, como recursos orçamentários e técnicos.

### Família, Educação e Cultura

## Távola inclui conselho de comunicação

O relator da Comissão da Família, da Educação, da Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, deputado Arthur da Távola (PMDB-RJ), de centro-esquerda (segundo levantamento da Folha publicado no caderno "Os Eleitos") manteve a proposta de criação de um conselho de comunicação para legislar a concessão de canais de rádio e TV. Segundo Arthur da Távola, houve alteração na redação da proposta original, feita pela deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), de esquerda.

"É um relatório progressista", disse o relator, que até às 20h de ontem ainda não havia concluído seu parecer. Todos relatores deveriam entregar seus pareceres até as 18h de ontem. A Grande quantidade de questões que estão sendo tratadas pela comissão provocou o atraso, justificou Távola. Às 19h50, ele estu-

dava o texto final de dois artigos relacionados à família. Segundo o senador Pompeu de Souza (PMDG-DF), de centro-esquerda, que acompanhou a elaboração do parecer, não foi criado qualquer dispositivo proibindo o aborto.

"Aprovável"

"O relatório não decepciona a nós, os progressistas, e não escandaliza os conservadores", afirmou Pompeu. Ele disse que Távola procurou redigir um texto que fosse "aprovável" pela maioria dos integrantes da comissão.

A leitura do relatório na comissão deverá ser feita amanhã. Hoje, Távola deverá entregar o texto final ao presidente do Congresso constituinte, e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães.

### Organização do Estado

## Senador critica o relatório de Richa

O senador Pompeu de Souza (PMDB-DF) qualificou de "cautela sem razão" a decisão do senador José Richa (PMDB-PR), relator da Comissão de Organização de Poderes e Sistema de Governo, de fazer coincidir as eleições para governador e deputados do Distrito Federal com a de presidente da República. "Suponho que somos um povo civilizado", disse Pompeu.

O presidente da Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios, deputado Jofran Frejat (PFL-DF), também, não gostou da proposta do senador José Richa (ainda sujeita a modificações e emendas) mas preferiu não criar uma "guerra", mesmo porque ainda não está definida a duração do mandato presidencial.

## Camargo prevê mil políticos na reunião das bases do PMDB

Da Reportagem Local

O senador Affonso Camargo (PMDB-PR), 58, de centro, segundo levantamento da Folha publicado no Caderno "Os Eleitos", no dia 19 de janeiro, acredita que o encontro nacional das bases do PMDB possa reunir em Brasília, no próximo dia 27, cerca de mil políticos. "O encontro é uma resposta à decisão da cúpula peemedebista de adiar a convenção nacional que (semana passada) examinaria a questão do mandato do presidente José Sarney.

Camargo fez esta previsão para o deputado Vicente Bogo (PMDB-RS), de esquerda, na noite da última quarta-feira, durante um voo de Cuiabá (MT) para Brasília. O senador, que é o principal articulador do encontro, acredita que cada Estado ou Território brasileiro estará representado, dia 27, por um contingente de trinta a cinquenta peemedebistas. Bogo será o coordenador da delegação gaúcha, o deputado Sigmaringa Seixas, de esquerda, deverá coordenar a presença dos peemedebistas do Distrito Federal, e o deputado Paulo Ramos, de centro-esquerda, a representação do PMDB fluminense.

Camargo está instruindo os coordenadores do evento a organizarem suas delegações dando preferência aos políticos detentores de mandato. "É claro que não vamos excluir uma expressiva liderança sindical, ou um líder rural, mas precisamos ter em Brasília muitos prefeitos, vereadores e deputados estaduais. Os deputados estaduais são importantíssimos", disse Affonso Camargo a Vicente Bogo, no avião.

O deputado levantou a questão do transporte, hospedagem e alimentação dos participantes do encontro. Prevendo que a direção nacional do PMDB não irá mexer um dedo para dar qualquer ajuda aos promotores do encontro, Camargo deixou claro que deve caber a cada delegação os custos do deslocamento até a capital da República, do alojamento e das refeições.